

Irecê H1 Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Irecê H1 Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irecê H1 Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Irecê H1 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que em 31 de dezembro de 2024 as controladas da Companhia encontravam-se em fase pré-operacional, sendo a previsão de conclusão das obras de construção das suas usinas de energia solar fotovoltaica e o início da operação comercial no segundo semestre de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.20, foram auditados sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, em 21 de junho de 2024, com uma opinião com ressalva devido à Administração da Companhia não ter apresentado laudo de avaliação de investimentos decorrente do preço pago pela aquisição das empresas Solar Irecê S.A. e Solar Irecê 3 S.A. em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas, originalmente divulgadas, daquele exercício.

Esses valores correspondentes, incluindo o balanço de abertura em 1º de janeiro de 2023, ora retificados em decorrência dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.20 em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas originalmente divulgadas daquele exercício, as quais foram auditadas por outro auditor independente, não foram auditadas por nós nem por outro auditor independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 12 de junho de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F “BA”


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

IRECÉ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E BALANÇO DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023			31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
CIRCULANTE								CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.227	10	1	109.319	140	14	Fornecedores	8	12	5	-	37.693	121	89
Outros ativos circulantes		13	-	-	526	-	272	Obrigações tributárias	9	62	-	-	2.619	5	8
Total do ativo circulante		17.240	10	1	109.845	140	286	Obrigações sociais e previdenciárias	10	62	124	-	62	124	-
								Arrendamentos a pagar	11	-	-	-	12	5	120
								Outras obrigações		-	3.331	3.188	-	3.331	3.182
								Total do passivo circulante		136	3.460	3.188	40.386	3.586	3.399
NÃO CIRCULANTE								NÃO CIRCULANTE							
Investimentos em controladas	4	64.133	13.617	14.427	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	303.565	-	-
Imobilizado	5	6	-	-	299.800	1.462	1.466	Arrendamentos a pagar	11	-	-	-	4.347	3.166	4.124
Intangível	6	-	-	-	16.360	13.214	13.637								
Direito de uso	7	-	-	-	3.536	2.103	3.374								
Total ativo não circulante		64.139	13.617	14.427	319.696	16.779	18.477	Total do passivo não circulante		-	-	-	307.912	3.166	4.124
								PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
								Capital social	13	21.529	13.670	410	21.529	13.670	410
								Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	1.585	12.594	-	1.585	12.594
								Reserva de Capital	13	66.659	-	-	66.659	-	-
								Prejuízos acumulados		(15.846)	(5.088)	(1.764)	(15.846)	(5.088)	(1.764)
								Ajuste acumulado de conversão		8.901	-	-	8.901	-	-
								Total do patrimônio líquido	13	81.243	10.167	11.240	81.243	10.167	11.240
TOTAL DO ATIVO		81.379	13.627	14.428	429.541	16.919	18.763	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.379	13.627	14.428	429.541	16.919	18.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA		-	-	-	-
CUSTO DA GERAÇÃO DE SERVIÇOS		-	-	-	-
LUCRO BRUTO		-	-	-	-
DESPESAS/RECEITAS					
Despesas gerais e administrativas	14	(1.918)	(799)	(3.863)	(3.004)
Equivalência patrimonial		(8.120)	(2.375)	-	-
TOTAL DAS DESPESAS/RECEITAS		(10.038)	(3.174)	(3.863)	(3.004)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(10.038)	(3.174)	(3.863)	(3.004)
Despesas financeiras	15	(1.509)	(150)	(8.909)	(320)
Receitas financeiras	15	1.164	-	2.950	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	15	(345)	(150)	(5.959)	(320)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(10.383)	(3.324)	(9.822)	(3.324)
Imposto de renda e contribuição social	16	(377)	-	(938)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(10.760)	(3.324)	(10.760)	(3.324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(10.760)	(3.324)	(10.760)	(3.324)
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	8.901	-	8.901	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.859)</u>	<u>(3.324)</u>	<u>(1.859)</u>	<u>(3.324)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2023 (REAPRESENTADO)	410	-	12.594	-	(1.762)	11.242
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.251	-	-	2.251
Aumento de capital integralizado	13.260	-	(13.260)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.324)	(3.324)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (REAPRESENTADO)	13.670	-	1.585	-	(5.086)	10.169
Capital social integralizado	7.859	66.659	(1.585)	-	-	72.933
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	8.901	-	8.901
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.760)	(10.760)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	21.529	66.659	-	8.901	(15.846)	81.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(10.760)	(3.324)	(10.760)	(3.324)
Ajustes para:				
Amortização intangível	-	-	469	423
Amortização direito de uso	-	-	49	49
Depreciação	-	-	7	5
Equivalência patrimonial	8.120	2.375	-	-
Resultado financeiro	345	150	5.959	320
	<u>(2.295)</u>	<u>(799)</u>	<u>(4.276)</u>	<u>(2.527)</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais				
Outros ativos	(22)	-	(501)	270
	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>(501)</u>	<u>270</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	5	1	(129)	172
Obrigações sociais e trabalhistas	(59)	122	(59)	125
Obrigações tributárias	81	-	2.495	-
Outras obrigações	-	165	-	-
	<u>27</u>	<u>288</u>	<u>2.307</u>	<u>297</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(2.290)	(511)	(2.470)	(1.960)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(129)	-	(172)	-
Rendimento de aplicações financeiras recebidos, líquidos	1.164	-	2.855	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.255)</u>	<u>(511)</u>	<u>213</u>	<u>(1.960)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(6)	-	(236.642)	-
Aportes de capital nas investidas	(51.129)	(1.565)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(51.135)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>(236.642)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Capital social integralizado	72.933	-	72.933	-
Adiantamento para aumento de capital	-	2.251	-	2.251
Pagamento de aquisição de projetos	(3.238)	(165)	(3.238)	(165)
Pagamento principal de arrendamento	-	-	(17)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	289.765	-
Pagamento do custo na emissão de empréstimos	-	-	(13.066)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>69.695</u>	<u>2.086</u>	<u>346.377</u>	<u>2.086</u>
Efeito dos ajustes acumulados de conversão sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(88)	-	769	-
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>17.217</u>	<u>10</u>	<u>109.179</u>	<u>126</u>
No início do exercício	10	-	140	14
No fim do exercício	<u>17.227</u>	<u>10</u>	<u>109.319</u>	<u>140</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>17.217</u>	<u>10</u>	<u>109.179</u>	<u>126</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IRECÊ H1 PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Irecê H1 Participações S.A. (“Companhia” ou “H1”), é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, constituída em 26 de novembro de 2021.

A H1 possui o controle direto das empresas denominadas Solar Irecê S.A. (“Irecê”) e Solar Irecê 3 S.A. (“Irecê 3”), em conjunto (“Parques Solares”). A aquisição das empresas ocorreu no ano de 2021 e estão relacionadas abaixo, conforme projeto para o complexo energético a que se destinam.

As empresas Irecê e Irecê 3 formam o Complexo Fotovoltaico Irecê - Fase 1, localizado no município de João Dourado, estado da Bahia, com potência instalada total de 160,9 MWp. O projeto iniciou sua construção no 2º semestre de 2024, e previsão de iniciar a operação comercial no 2º semestre de 2025.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e em conformidade com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que elas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 12 de junho de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Até o final do exercício social de 2023, quando a Companhia e suas controladas ainda eram um projeto inicial (“greenfield”) e não tinham iniciado a fase de construção do seu Parques Solares, o Real - R\$ foi utilizado como a moeda funcional da Companhia e suas controladas.

A partir do exercício social de 2024 a moeda funcional da Companhia e suas controladas passaram a ser o US\$ - Dólar americano, refletindo a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia e suas controladas passaram a operar.

Esses efeitos foram aplicados de forma prospectiva conforme item 35 do CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, a partir da data da alteração (1º de janeiro de 2024).

O ambiente econômico principal no qual uma entidade opera é normalmente aquele em que principalmente ela gera e despense caixa. A moeda funcional da entidade reflete as transações, os eventos e as condições subjacentes que são relevantes para a entidade. Portanto, uma vez determinada a moeda funcional, ela somente pode ser reavaliada se houver mudança nas transações, nos eventos e nas condições subjacentes.

Com o início da fase de construção dos Parques Solares a partir de 2024, foram levados em considerações os fatores primários e secundários como por exemplo: (i) moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços: +90% da receita da Companhia e suas controladas está indexada ao dólar americano por meio do Contrato Bilateral de Repasse de Autoprodução (“PPA”) que tem prazo de vigência de 21 anos; (ii) a moeda pelo qual foram originados recursos das atividades de financiamento: “project finance” BNDES é indexado ao dólar americano e; (iii) moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais são usualmente acumulados: 95% do VPL dos fluxos da Companhia e suas controladas estão associados ao dólar americano. A Administração julga que o dólar americano a partir de 2024 é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, pois reflete a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia e suas controladas passaram a operar.

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, como moeda de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, apresentadas a seguir:

Companhia Investida	% Participação em			% Participação em		
	2023			2024		
	Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Solar Irecê S.A.	100%	-	100%	100%	-	100%
Solar Irecê 3 S.A.	100%	-	100%	100%	-	100%

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição e na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

2.5. Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce o poder em suas deliberações sociais e de eleger os seus administradores.

Os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida são apresentados como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das controladas, coligadas e controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e controlada são eliminados.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.6. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.7. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não são negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas

A Companhia e suas Controladas reconhecem provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas quando necessárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo Lucro Presumido no exercício de 2024.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia e suas controladas avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.10. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado.

2.12. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.13. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (“impairment”) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre

o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

2.14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia e suas controladas estão representados por caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas estão representados por fornecedores e contas a pagar pela aquisição de terreno.

2.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.16. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso das suas controladas foram depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa nº 2.14.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usa como taxa de juros 8,48% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 30 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

2.17. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

2.18. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2024 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

a. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período.
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a “covenants”, tais “covenants” afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o “covenant” existir no final do período do relatório ou antes dele.
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação.
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

b. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e “leaseback”, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e “leaseback” (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e “leaseback”, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

c. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

2.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a. Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.
- b. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
- c. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
- d. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

- e. Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.20. Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia está reapresentando os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2023 em função da correção de erros de competência de exercícios anteriores que foram contabilizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Esses ajustes estão relacionados à: (i) obtenção de laudo de avaliação de investimentos decorrente do preço pago pela aquisição das empresas Solar Irecê S.A. e Solar Irecê 3 S.A. o qual foi finalizado no decorrer de 2024 e determinou que este intangível possui vida útil definida de 33 anos e 7 meses desde a data de compra (1º de agosto de 2021), para o qual a Companhia não havia reconhecido a amortização de acordo com o CPC 04 (R1) Ativo intangível; (ii) complemento da mais valia na transação de capital com o acionista Illian Energias Renováveis S.A., realizado em 2021 e posteriormente cedida para a Companhia em 2022, onde o valor foi registrado menor em relação ao seu contrato de compra e venda na aquisição das Solar Irecê S.A. e Solar Irecê 3 S.A.; e (iii) reclassificação da mais valia na controladora, para a rubrica de investimentos, conforme ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Tais ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

Balanco patrimonial de abertura em 01/01/2023

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	01/01/2023 (Original)	Ajuste	01/01/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Original)	Ajuste	01/01/2023 (Reapresentado)
CIRCULANTE	1	-	1	286	-	286
Total do ativo circulante	1	-	1	286	-	286
NÃO CIRCULANTE						
Investimento	788	13.639	14.427	-	-	-
Intangível	12.695	(12.695)	-	12.693	944	13.637
Total do ativo não circulante	13.483	944	14.427	17.533	944	18.477
TOTAL DO ATIVO	13.484	944	14.428	17.819	944	18.763
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2023 (Original)	Ajuste	01/01/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Original)	Ajuste	01/01/2023 (Reapresentado)
CIRCULANTE	3.188	-	3.188	3.399	-	3.399
Total do passivo circulante	3.188	-	3.188	3.399	-	3.399
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	4.124	-	4.124
Total do passivo não circulante	-	-	-	4.124	-	4.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Prejuízos acumulados	(2.708)	944	(1.764)	(2.708)	944	(1.764)
Total patrimônio líquido	10.296	944	11.240	10.296	944	11.240
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.484	944	14.428	17.819	944	18.763

Balanco patrimonial em 31/12/2023

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)
CIRCULANTE	10	-	10	140	-	140
Total do ativo circulante	10	-	10	140	-	140
NÃO CIRCULANTE						
Investimentos	403	13.214	13.617	-	-	-
Intangível	12.693	(12.693)	-	12.693	521	13.214
Total do ativo não circulante	13.096	521	13.617	16.258	521	16.779
TOTAL DO ATIVO	13.106	521	13.627	16.398	521	16.919
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)
CIRCULANTE	3.460	-	3.460	3.581	-	3.581
Total do passivo circulante	3.460	-	3.460	3.581	-	3.581
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	3.171	-	3.171
Total do passivo não circulante	-	-	-	3.171	-	3.171
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Prejuízos acumulados	(5.609)	521	(5.088)	(5.609)	521	(5.088)
Total patrimônio líquido	9.646	521	10.167	9.646	521	10.167
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.106	521	13.627	16.398	521	16.919

Demonstrações do resultado

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)
Receita líquida	-	-	-	-	-	-
Custo da geração de serviços	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(800)	-	(800)	(2.583)	(423)	(3.006)
Equivalência patrimonial	(1.952)	(423)	(2.375)	-	-	-
Total	(2.752)	(423)	(3.175)	(2.583)	(423)	(3.006)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(2.752)	(423)	(3.175)	(2.583)	(423)	(3.006)
Despesas financeiras	(149)	-	(149)	(318)	-	(318)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(149)	-	(149)	(318)	-	(318)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.901)	(423)	(3.324)	(2.901)	(423)	(3.324)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	(2.901)	(423)	(3.324)	(2.901)	(423)	(3.324)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(2.901)	(423)	(3.324)	(2.901)	(423)	(3.324)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.901)	(423)	(3.324)	(2.901)	(423)	(3.324)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo 1º de janeiro de 2023 (originalmente apresentado)	410	-	12.594	(2.708)	10.296
Ajuste de reapresentação	-	-	-	944	944
Saldo 1º de janeiro de 2023 (reapresentado)	410	-	12.594	(1.764)	11.240
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.251	-	2.251
Aumento de capital	13.260	-	(13.260)	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.324)	(3.324)
Saldo 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	13.670	-	1.585	(5.088)	10.167

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Original)	Ajuste	31/12/2023 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do exercício	(2.901)	(423)	(3.324)	(2.901)	(423)	(3.324)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(678)	167	(511)	(2.110)	150	(1.960)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	(1.565)	(1.565)	-	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	686	1.400	2.086	2.237	(151)	2.086
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10	-	10	128	(2)	126
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-
No início do exercício	-	-	-	14	-	14
No fim do exercício	10	-	10	140	-	140
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10	-	10	126	-	126

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	68	10	173	140
Aplicações financeiras	17.159	-	109.146	-
Total	17.227	10	109.319	140

As aplicações correspondem a aplicações em renda fixa automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% em 31 de dezembro de 2023).

4. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A composição dos investimentos da Controladora em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Descrição	Participação societária	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023 (Reapresentado)
Solar Irecê S.A.	100%	25.202	314
Solar Irecê 3 S.A.	100%	22.571	89
Total entidades consolidadas		47.773	403
Mais valia alocada na aquisição		16.360	13.214
Total Investimentos		64.133	13.617

A movimentação do investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão de balanço	Saldo em 31/12/2024
Solar Irecê S.A.	314	27.305	(4.500)	2.083	25.202
Solar Irecê 3 S.A.	89	23.824	(3.147)	1.805	22.571
Subtotal entidades consolidadas	403	51.129	(7.647)	3.888	47.773
Mais valia alocada na aquisição	13.214	-	(473)	3.619	16.360
Total Investimentos	13.617	51.129	(8.120)	7.507	64.133

As controladas apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	Participação da "holding" no Capital Social	Dados das investidas		
				Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
Solar Irecê S.A.	40.000.000	25.202	100%	211.349	186.147	(4.500)
Solar Irecê 3 S.A.	35.000.000	22.571	100%	184.914	162.343	(3.147)

Saldo em 31/12/2023

Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	Participação da "holding" no Capital Social	Dados das investidas		
				Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
Solar Irecê S.A.	1.869.159	314	100%	2.120	1.806	(1.044)
Solar Irecê 3 S.A.	1.302.786	89	100%	1.573	1.484	(909)

5. IMOBILIZADO

O imobilizado se refere a construção dos Parques Solares, sendo a previsão de conclusão da obra e o início da operação comercial no segundo semestre de 2025.

A composição do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado	
	Imobilizado Líquido em 31/12/2024	Imobilizado Líquido em 31/12/2023
Projetos em andamento	140.125	1.424
Adiantamentos contratos de importação	122.930	-
Adiantamento a fornecedores	35.030	-
Máquinas e equipamentos	49	38
Custos de empréstimos capitalizados (a)	1.666	-
Total	299.800	1.462

A movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Consolidado				Imobilizado Líquido em 31/12/2024
	Imobilizado Líquido em 31/12/2023	Depreciação	Adições	Ajuste acumulado de conversão	
Projetos em andamento	1.424	-	128.940	9.761	140.125
Adiantamentos contratos de importação	-	-	113.037	9.893	122.930
Adiantamento a fornecedores	-	-	33.588	1.442	35.030
Máquinas e equipamentos	38	(7)	6	12	49
Custos de empréstimos capitalizados (a)	-	-	1.571	95	1.666
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.462</u>	<u>(7)</u>	<u>277.142</u>	<u>21.203</u>	<u>299.800</u>

- (a) Os custos de empréstimos capitalizados no montante de R\$1.571 referem-se aos juros incorridos (R\$3.187) e os custos de transação amortizados (R\$170), menos a receita de rendimento de aplicações financeiras R\$1.786 decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

Todos os equipamentos de módulos, inversores e “trackers” adquiridos com recurso do financiamento do BNDES para a construção dos parques solares foram cedidos em garantia para o empréstimo assumido pela Companhia (vide nota explicativa nº 12). A Companhia não tem permissão para ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos nem para vendê-los para outra entidade.

6. INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	Consolidado				Intangível Líquido em 31/12/2023 (Reapresentado)
	Intangível Líquido em 31/12/2022 (Reapresentado)	Amortização (Reapresentado)	Adições	Ajuste acumulado de conversão	
Direitos sobre projetos (a)	13.637	(423)	-	-	13.214
Total	<u>13.637</u>	<u>(423)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.214</u>

	Consolidado				Intangível Líquido em 31/12/2024
	Intangível Líquido em 31/12/2023 (Reapresentado)	Amortização	Adições	Ajuste acumulado de conversão	
Direitos sobre projetos (a)	13.214	(473)	-	3.619	16.360
Total	<u>13.214</u>	<u>(473)</u>	<u>-</u>	<u>3.619</u>	<u>16.360</u>

- (a) Refere-se mais valia alocada na aquisição das controladas Solar Irecê S.A. e Solar Irecê 3 S.A., (“Parques Solares”) adquiridas em agosto de 2021, e amortizado linearmente ao prazo remanescente de 33 anos e 7 meses da outorga de autorização emitida pelo Poder Concedente (ANEEL) na data de aquisição. As controladas eram titulares de outorga de autorização emitida pela ANEEL, licenças ambientais, e direitos de uso da área destinada à implantação dos parques. Todo o desenvolvimento a partir da aquisição ficou ao encargo da adquirente.

Em 2024, a Companhia realizou a contratação de especialista para preparação do Laudo de Avaliação a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição de 100% dos Parques Solares. Foi evidenciado o valor de amortização sobre os períodos da aquisição realizada em julho de 2021 a 2024, o valor de amortizado é de R\$1.025 para julho de 2021 até 2023, e de R\$(473) em 2024.

7. DIREITO DE USO

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do impacto da adoção do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) e advém principalmente com relação a contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica das suas Controladas. Trata-se de 2 contratos celebrados por um período de 30 anos iniciando em 2016. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota nº 10.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.103
Remensuração	788
Amortizações	(49)
Ajuste acumulado de conversão	<u>694</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>3.536</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e as suas Controladas não apuraram despesas referentes a arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

8. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	<u>12</u>	<u>5</u>	<u>37.693</u>	<u>121</u>
Total	<u>12</u>	<u>5</u>	<u>37.693</u>	<u>121</u>

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS retido a recolher	-	-	1.257	-
ISS retido a recolher	-	-	811	-
IRPJ a recolher	12	-	310	-
CSLL a recolher	50	-	198	-
IRRF retido a recolher	-	-	25	-
CSRF retido a recolher	-	-	18	5
Total	<u>62</u>	<u>-</u>	<u>2.619</u>	<u>5</u>

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre salários	25	34	25	34
INSS a recolher	25	19	25	19
FGTS a recolher	6	5	6	5
Provisão de férias e encargos sobre férias	6	66	6	66
Total	62	124	62	124

11. ARRENDAMENTOS

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)), e advém principalmente das obrigações assumidas com 2 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica das suas Controladas, com prazo de duração de 30 anos iniciando em 2016.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa nº 2.14, com taxa de juros 8,48% a.a. com o prazo do vencimento dos contratos de aluguéis de 30 anos, iniciando em 2016.

	<u>Valor Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.171
Remensurações	788
Pagamentos	(17)
Provisão dos juros	284
Variação cambial	(776)
Ajuste acumulado de conversão	909
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>4.359</u>
Circulante	12
Não circulante	4.347

O cronograma de pagamento sobre o passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhado abaixo:

	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
Solar Irecê S.A.	43	192	161	161	161	8.428	9.146
Solar Irecê 3 S.A.	37	161	136	136	136	7.177	7.784
Valores a pagar de arrendamentos	80	353	297	297	297	15.605	7.784
(-) Juros a apropriar	-	-	-	-	-	-	(12.570)
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	4.359

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da companhia firmaram contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em julho de 2024, com o pagamento da primeira parcela em janeiro de 2026 e com vencimento em janeiro de 2046, no montante total de US\$78.034, atualizado por 2,28% a.a. + taxa fixada pelo credor, representando um financiamento de 240 meses. O recurso será utilizado para implantação dos Parques Solares.

Os desembolsos do BNDES ocorreram em tranches nas datas de 24 de setembro de 2024, no montante de R\$58.283, e R\$47.359 a uma taxa de 6,28%, e em 26 de novembro de 2024, no montante de R\$101.338 e R\$82.785, a uma taxa de 6,85%, para Irecê e Irecê 3, respectivamente, o restante será desembolsos até 31 de dezembro de 2025, conforme cronograma de investimento.

Os contratos de financiamento possuem cláusulas de garantias de proteção, para assegurar o pagamento de obrigações junto ao BNDES. Essas garantias envolvem os direitos creditórios, penhor de máquinas e equipamentos, e as ações de titularidade da Acionista.

Os contratos de financiamento estão sujeitos a cláusulas restritivas financeiras e não financeiras que são usuais em operações dessa natureza. Os “covenants” possuem periodicidades distintas de mensuração e a Administração os analisa conforme os termos previstos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nas interpretações e nos julgamentos da Administração da Companhia a respeito das definições contidas no referido contrato, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com todas as cláusulas restritivas exigidas que podem requerer o seu vencimento antecipado.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição são apresentadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	-	-	-	-
Ingressos de dívidas	-	-	289.765	-
Juros incorridos	-	-	3.187	-
Custos de transação a amortizar	-	-	(13.066)	-
Custo de transação amortizados	-	-	170	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	23.509	-
Saldo final	-	-	303.565	-

O cronograma de amortização de principal a longo prazo em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhado abaixo:

	2026	2027	2028	2029	2030	2030	Total
Irecê	9.531	7.882	7.882	7.882	7.882	118.562	159.621
Irecê 3	2.329	2.220	2.369	2.297	3.276	117.153	130.144
Total	11.860	10.102	10.251	10.679	11.158	235.715	289.765

O cronograma de amortização dos juros e do principal a longo prazo em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhado abaixo:

	2026	2027	2028	2029	2030	2030	Total
Irecê	22.726	23.029	22.837	23.240	23.673	389.960	505.465
Irecê 3	18.589	18.843	18.682	18.682	19.370	319.058	413.224
Total	41.315	41.872	41.519	42.257	43.043	709.018	919.024

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$21.529, dividido em 125.641.042 ações ordinárias nominativas e 125.641.025 ações preferenciais (Em 31 de dezembro de 2023 R\$13.670, dividido em 16.923.078 ações ordinárias nominativas).

Durante o ano de 2024 o aumento de capital integralizado pelos acionistas da Companhia foi de R\$74.518, sendo R\$7.859 alocados na conta de capital social e R\$66.659 alocado na conta de reserva de capital. Desse montante, R\$72.933 foi integralizado em caixa e R\$1.585 foi integralizado por meio de adiantamentos para futuros aumentos de capital ("AFAC").

Em 31 de dezembro de 2024 o aumento de capital subscrito e ainda não integralizado pelos acionistas da Companhia era de R\$40.482, sendo R\$4.269 a serem alocados na conta de capital social e R\$36.213 a serem alocados na conta de reserva de capital

Abaixo a quantidade de ações detidas pelos acionistas da Companhia:

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações preferenciais
Refinaria de Mataripe S.A.	125.641.040	-
Illian Energias Renováveis S.A.	1	46.173.077
Perfin Discovery Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	1	79.467.948
	125.641.042	125.641.025

As Ações Preferenciais de emissão da Companhia conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, sem prejuízo das disposições do Acordo de Acionistas: (i) Ausência de Direito de Voto. As Ações Preferenciais não conferirão aos seus titulares o direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. (ii) Conversibilidade. As Ações Preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias somente nas hipóteses expressamente previstas no Acordo de Acionistas. (iii) Amortização e Resgate. As Ações Preferenciais serão passíveis de amortização e resgate mediante aprovação da Assembleia Geral pela totalidade dos acionistas da Companhia. (iv) Dividendos Preferenciais. As Ações Preferenciais conferirão o direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 20 (vinte) vezes os dividendos pagos a cada Ação Ordinária. (v) Ausência de Outros Dividendos. As Ações Preferenciais não conferirão ao seu titular direito ao recebimento de dividendos mínimos, fixos e/ou prioridade no recebimento de dividendos. (vi) Reembolso de Capital. As Ações Preferenciais conferirão aos seus titulares a prioridade, em relação às Ações Ordinárias ou outras espécies ou classes de ações, existentes ou que venham a existir no futuro, no reembolso do capital (inclusive reservas de capital) em caso de liquidação da Companhia, observada a disposição do Acordo de Acionistas, sem prêmio, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei das S.A.

Movimentação do capital social

Em 10 de maio de 2024, os acionistas aprovaram um aumento de capital de R\$115.000, sendo R\$12.128 alocados na conta de capital social e R\$102.872 alocado na conta de reserva de capital, mediante a emissão de 125.641.040 novas ações ordinárias nominativas subscritas nesta data pela REFINARIA DE MATARIPE, com preço unitário de R\$0,05, 29.250.000 novas ações preferenciais subscritas nesta data pela ILLIAN ENERGIAS, com preço unitário de R\$1,00, e 79.467.948 novas ações preferenciais subscritas nesta data pela PERFIN DISCOVERY MERCURY, com preço unitário de R\$1,00.

Remuneração dos Administradores

A Companhia e suas Controladas incorreram em gastos relacionados a remuneração de Diretores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$842 (2023 - R\$421).

AFAC - Adiantamento para Futuro aumento de Capital

Em 2024 não houve constituição de AFAC. A constituição de AFAC em 2023 (R\$1.585) foi totalmente integralizado no capital social da Companhia em 10 de maio de 2024.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Salários e ordenados	(1.401)	(694)	(1.401)	(694)
Serviços de terceiros	(393)	(80)	(1.126)	(1.354)
Viagens e estadias	(65)	(20)	(145)	(80)
Prêmios de seguro	(38)	-	(81)	-
Aluguéis e condomínios	(11)	-	(11)	-
Serviços contábeis	(5)	(5)	(5)	(5)
Impostos e taxas diversas	-	-	(313)	(85)
Indenização por perdas e danos (a)	-	-	(221)	(305)
Amortização	-	-	(517)	(467)
Depreciação	-	-	(5)	(5)
Outras despesas administrativas	(5)	-	(38)	(9)
Total	(1.918)	(799)	(3.863)	(3.004)

(a) Trata-se de indenizações pagas aos proprietários dos terrenos onde passará a linha de transmissão para a construção das Centrais Geradoras Fotovoltaica de suas Controladas denominadas UFV Solar Irecê e Solar Irecê 3.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	1.164	-	2.950	-
Receitas aplicação financeira	1.164	-	2.950	-
Despesas financeiras	(1.509)	(150)	(8.909)	(320)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(1.891)	-	(9.748)	-
Variação cambial sobre fornecedores	-	-	2.075	-
Variação cambial sobre outros ativos e passivos monetários	496	-	1.412	-
Juros sobre empréstimos não capitalizados	-	-	(1.702)	-
Custo de transação sobre empréstimo não capitalizado	-	-	(84)	-
Juros sobre passivo de arrendamentos	-	-	(280)	(170)
IOF sobre operações financeiras	(16)	-	(237)	-
Multa e juros	(92)	(150)	(210)	(150)
Tarifas bancárias	(6)	-	(27)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(108)	-
Total	(345)	(150)	(5.959)	(320)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ corrente (25%)	(275)	-	(679)	-
CSLL corrente (9%)	(102)	-	(259)	-
	<u>(377)</u>	<u>-</u>	<u>(938)</u>	<u>-</u>

A alíquota média efetiva de tributos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 33,01%. Conforme mencionado na nota nº 2.10, a Companhia e suas Controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia não possuía riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável, possui processos cíveis com probabilidade de perda possível de R\$1.349 em 31 de dezembro de 2024.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, GESTÃO DE CAPITAL E GESTÃO DOS RISCOS

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas Controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia e suas Controladas aplicam CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Controladora		Classificação	Nível
	31/12/2024	31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Contábil		
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa	17.227	10	Valor justo por meio do resultado	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	12	5	Custo amortizado	-

	Consolidado		Classificação	Nível
	31/12/2024	31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Contábil		
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	109.319	140	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros				
Fornecedores	37.693	121	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	4.359	3.171	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	303.565	-	Custo amortizado	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas Controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de “Compliance” da Companhia e suas Controladas.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia e suas Controladas podem ser assim identificados:

i) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

ii) Risco regulatório

As suas Controladas estão sujeitas a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia.

iii) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e suas Controladas de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia e suas Controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

v) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas Controladas de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas Controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Gestão de capital

A Companhia e suas Controladas realizam a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia e suas Controladas monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

19. SEGUROS

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão abaixo apresentados:

	31/12/2024		
	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Irecê H1 Participações S.A.			
Risco civil administradores	20.000	52	28/03/2024 até 28/03/2025
	31/12/2024		
	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Solar Irecê S.A.			
Transporte nacional de importações	552.435	51	01/10/2024 até 01/10/2025
Risco de engenharia	590.807	403	16/05/2024 até 01/07/2025
Risco operacional	20.000	117	28/03/2024 até 01/07/2025
	31/12/2024		
	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Solar Irecê 3 S.A.			
Transporte nacional de importações	552.435	42	01/10/2024 até 01/10/2025
Risco de engenharia	590.807	328	16/05/2024 até 01/07/2025
Risco de Obras Civas em Construção, Instalação e Montagem	20.000	117	28/03/2024 até 01/07/2025

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Descrição	Controladora e Consolidado								31/12/2024
	31/12/2023	Movimentação de caixa	Custo de transação	Juros incorridos	Custos de empréstimos capitalizados	Fornecedores a pagar	Depreciação	Ajuste acumulado de conversão	
Imobilizado	1.462	236.642	-	-	1.571	38.929	(7)	21.203	299.800
Empréstimos e financiamentos	-	289.765	-	3.187	-	-	-	24.756	317.708
Custo de transação de empréstimo	-	(13.066)	170	-	-	-	-	(1.247)	(14.143)

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até junho de 2025, a Companhia realizou integralização de capital social nas controladas Solar Irecê e Solar Irecê 03, no montante de R\$10.500 e R\$11.300, respectivamente.

Até junho de 2025, os acionistas da Controladora realizaram integralização de capital social na Companhia, no valor de R\$15.000.

Em 23 de abril de 2025, foi liberado pelo BNDES, o montante de R\$45.725 nas controladas Solar Irecê e Solar Irecê 03, referente a terceira tranche do financiamento do BNDES.
